



Dossiê: Literatura Indígena: teoria, prática e ensino

O TRATAMENTO DIDÁTICO DO CORDEL INDÍGENA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NO ENSINO MÉDIO

THE DIDACTIC TREATMENT OF THE INDIGENOUS CORDEL FOR THE TRAINING OF THE LITERARY READER IN SECONDARY EDUCATION

Soraima Moreira Alves Ferreira¹

ROR Universidade Estadual do Tocantins

 soraimamoreiraferreira@gmail.com



Eliane Cristina Testa²

ROR Universidade Federal do Norte do Tocantins

 poetisalia@gmail.com



RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi discutir a importância do trabalho didático com a literatura indígena para aprimorar a formação do leitor literário no contexto do ensino médio sob a perspectiva do letramento literário, com ênfase no uso da poesia de cordel da escritora indígena brasileira Auritha Tabajara, em especial sua obra “Coração na aldeia, pés no mundo” (2018). Para tanto, apresentamos algumas considerações fundamentais a respeito da literatura indígena e da poesia de cordel indígena (Thiél, 2012; Graúna, 2013; Dorrico et al., 2018; Tabajara, 2018; Gomes; Goulart, 2019; Ribeiro, 2020; Santos et al., 2020; Testa; Ferreira, 2021; Nascimento; Silva; Campanholi, 2023; Siqueira; Martins de Araújo, 2024), da formação do leitor literário e as práticas do letramento literário (Conceição; Gomes, 2016; Cosson, 2018; Carmo; Melian, 2020; Rocha; Silva, 2020; Matos; Testa, 2021), seguindo uma metodologia qualitativa baseada na revisão de literatura. Os resultados mostram que a poesia de cordel indígena de Tabajara no ensino médio, pode ser usada para a formação de leitores mais críticos, sensíveis e conscientes da pluralidade cultural brasileira, capazes de atuar ativamente na sociedade, entendendo os benefícios do texto literário, que transcende a escola e percorre os mais diversos contextos sociais e culturais. Concluímos que o tema proposto contribui para repensar o uso didático da literatura indígena nas práticas de letramento literário em salas de aula do ensino médio, por meio do uso da poesia de cordel como oportunidade para o reconhecimento da cultura indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio; Formação do leitor literário; Letramento Literário; Literatura de Cordel; Poesia indígena.

ABSTRACT: The aim of this research was to discuss the importance of didactic work with indigenous literature to improve the training of literary readers in the context of secondary education from the perspective of literary literacy, with an emphasis on the use of cordel poetry by the Brazilian indigenous writer Auritha Tabajara, especially her work “Coração na aldeia, pés no mundo” (2018). To do this, we present some fundamental considerations about indigenous literature and indigenous string poetry (Thiél, 2012; Graúna, 2013; Dorrico et al., 2018; Tabajara, 2018; Gomes; Goulart, 2019; Ribeiro, 2020; Santos et al., 2020; Testa; Ferreira, 2021; Nascimento; Silva; Campanholi, 2023; Siqueira; Martins de Araújo, 2024), the formation of literary readers and literary literacy practices (Conceição; Gomes, 2016; Cosson, 2018; Carmo; Melian, 2020; Rocha; Silva, 2020; Matos; Testa, 2021), following a qualitative methodology based on a literature review. The results show that Tabajara’s indigenous cordel poetry in secondary education can be used to train more critical, sensitive readers who are aware of Brazil’s cultural plurality and capable of acting actively in society, understanding the benefits of the literary text, which transcends the school and permeates the most diverse social and cultural contexts. We conclude that the proposed theme contributes to rethinking the didactic use of indigenous literature in literary literacy practices in secondary school classrooms, through the use of cordel poetry as an opportunity to recognise indigenous culture.

KEYWORDS: Secondary education; Training the literary reader; Literary Literacy; Cordel literature; Indigenous poetry.

REVISTA
Decifrar

(ISSN: 2318-2229)

Vol. 13, Nº. 26 (Jan-Jun/2025)

Informações sobre os autores:

1 Mestrado em Letras, com ênfase em literatura - PPGL/UFT (2022). Especialista em Didática Universitária pela Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz (FAMA/2011). Licenciada em Letras - Espanhol e Respectivas Literatura na Universidade Estadual do Piauí (2006) (UESP). Professora de Língua e Literatura espanhola do Curso de Letras, da Universidade Estadual do Tocantins- Unitins/ Câmpus Araguaatins e de língua portuguesa da Secretaria do Estado do Maranhão- SEDUC_MA.

2 Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Mestrado em Letras pela (UEL/PR). Professora de Literatura Portuguesa do Curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins /UFT/ Câmpus de Araguaína. Atualmente, atua no Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (PPGL - UFT) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/UFT). Pós-doutorado com ênfase em etnopoesia, poesia Apinayé/Português, poesia indígena - PPGL/UFT (2019-2020)



10.29281/rd.v13i26.17985

Fluxo de trabalho

Recebido: 08/05/2025

Aceito: 01/07/2025

Publicado: 10/07/2025

Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA)

Programa de Pós-Graduação em Letras

Faculdade de Letras

Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (GEPELIP)



Este trabalho está licenciado sob uma licença:



Verificador de Plágio





INTRODUÇÃO

A formação de leitores literários mais críticos e autônomos nas escolas representa um grande desafio para os docentes, pois reconhecemos que os estudantes, em sua maioria, não têm o hábito de ler obras literárias. Nesse caso, vários estudos enfocam a importância do processo de formação do leitor literário, levando em conta diferentes perspectivas, o que ajuda a melhorar o ensino de literatura no ensino médio no cenário brasileiro (Carmo; Melian, 2020; Rocha; Silva, 2020; Matos; Testa, 2021).

Neste estudo assumimos uma abordagem didática da literatura indígena e suas contribuições para a formação do leitor literário, o que chama a atenção para o trabalho com o cordel indígena no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa no ensino médio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada nos estudos sobre literatura indígena e poesia de cordel brasileira (Thiél, 2012; Graúna, 2013; Dorrico *et al.*, 2018; Tabajara, 2018; Gomes; Goulart, 2019; Ribeiro, 2020; Santos *et al.*, 2020; Testa; Ferreira, 2021; Nascimento; Silva; Campanholi, 2023; Siqueira; Martins de Araújo, 2024), a formação do leitor literário e as práticas de letramento literário (Conceição; Gomes, 2016; Cosson, 2018; Carmo; Melian, 2020; Rocha; Silva, 2020; Matos; Testa, 2021), o que tornou possível a discussão da temática. Recorremos a algumas questões já analisadas na dissertação do mestrado acadêmico defendida pela primeira autora no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no intuito de socializar os resultados dessa pesquisa desenvolvida.

Nossas considerações estão organizadas em três seções: na primeira, fornecemos algumas reflexões sobre as abordagens da literatura indígena que no Brasil, têm se dedicado a seu conhecimento e divulgação, e as suas implicações didáticas no ensino médio. Da mesma forma, ainda nessa seção, apresentamos os aspectos essenciais que orientam as discussões sobre a Lei nº 11.645/2008, implantada no Brasil. Na segunda seção, abordamos aspectos sobre o uso do cordel indígena sob a perspectiva de letramento literário. Por fim, tratamos das potencialidades do cordel indígena “Coração na aldeia, pés no mundo” (2018), pertencente à primeira cordelista indígena brasileira Auritha Tabajara, como ferramenta didática para potencializar a formação do leitor literário no ensino médio, no sentido de sugestão para as práticas de letramento literário. Torna-se imprescindível examinar na seguinte seção as questões em torno da literatura indígena brasileira, refletindo acerca das perspectivas e sua valorização em contexto escolar para o fortalecimento da leitura literária.

1 REFLEXÕES SOBRE LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO EM CONTEXTO EDUCACIONAL

A literatura de informação, que tem como protagonista o indígena na visão europeia, marca inicialmente a história da literatura brasileira com a criação de representações estereotipadas, em que os indígenas não se reconhecem pela ausência de suas vozes. Nesse sentido, a visão que o não indígena construiu do indígena é marcada pelo desprezo e pela negação de sua condição humana (Graúna, 2013).

Historicamente, observamos forte tendência a uma exclusão da voz indígena no Brasil. A história da nossa colonização literária descreve fatos que caracterizavam os indígenas (aliás, chamados de modo pejorativo de índios) com um viés de submissão, expresso em um tom munido de preconceitos, imperando o ponto de vista da escravidão, da renúncia ao cristianismo, e da violência sob o olhar da crítica ao canibalismo ou às guerras tribais. Até os dias de hoje, os povos indígenas sofrem constantes ameaças em seus direitos. Para Nascimento, Silva e Campanholi (2023), o reconhecimento dos povos originários foi aprofundado com a promulgação da Constituição de 1988, designada Constituição Cidadã.

A temática indígena foi abordada nas obras *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), as duas de José de Alencar (1829-1877), escritor do Romantismo brasileiro, em que há uma representação do indígena, a qual passa a ser uma literatura indianista, pautada na visão do homem branco-europeu, logo, não podemos considerar como literatura indígena. Sendo assim, a respeito da relevância da literatura indígena (produzida pelos próprios indígenas), é importante salientar que esta produção traz à tona a história (ou auto-história) dos povos indígenas brasileiros e que traz à luz diferentes costumes e culturas. Já a literatura indigenista representa narrações ou questões dos indígenas, entretanto, contadas na voz de outrem, neste caso, não indígenas, e que não revelam o pensamento indígena.

Já a literatura indígena é (re)passada de geração a geração, por meio da oralidade e/ou sob formas de outras linguagens, como a escrita. As narrativas indígenas, as histórias de heróis, a espiritualidade, os conhecimentos medicinais, os costumes e a cosmogonia são ensinados e partilhados. Atualmente, busca-se materializar a oralidade por meio da escrita. E, assim, é fundamentada na experiência passada, principalmente, por meio da oralidade. Por isso, mesmo não sabendo ler e/ou escrever, os indígenas conseguiram fazer história e registrar a vida cotidiana e muito daquilo que expressaram seus antepassados. A respeito da literatura-oralidade-escrita, Ribeiro (2020) afirma o seguinte:



A Literatura Indígena não é nova, mas desconhecida até uns anos atrás. No entanto, se renova e se expande e a cada ano amplia sua visibilidade. Da oralidade à escrita, ou melhor, escre (vivências) e delas, a revelação do universo indígena em vencer as distâncias que separam o desejo de escrever um livro para pegá-lo em suas mãos, e mais: vê-lo ou sabê-lo mais nas mãos dos leitores, nas livrarias, na sala de aula! No entanto, cada um (a) com seus meios, tempos e espaços – em geral, através de lutas desiguais – abrem na mata escura das editoras e do mercado elitizado a conquista de seu livro impresso – ou o (a) autor (a) sendo sua própria editora, ou seja, bancando do próprio bolso ou do auxílio de familiares e amigos (as) a sua produção literária. Suas obras falam do universo de cada etnia/povo ou do ameríndio como um todo (Ribeiro, 2020, p. 77).

Desta maneira, é possível refletir sobre a questão da literatura indígena e sua história literária inserida na oralidade e na escrita. Nesse sentido, a literatura indígena é munida de sua própria voz, integra a sua própria história, os seus costumes, as suas tradições, as crenças e a sua ancestralidade. Esta simbiose oral-escrita ajuda a perpetuar a identidade indígena e a fortalecer as lutas dos povos indígenas. Observa-se, então, que a expressão dessa luta se dá na literatura, “como modo de dizer e de se auto afirmar, como um povo que resiste diariamente às tentativas de extermínio e apagamento da memória coletiva do povo brasileiro (Nascimento; Silva; Campanholi, 2023, p. 271).

A literatura indígena representa a história e a acumulação de um patrimônio cultural, material e imaterial, que leva adiante a sua existência. No caso de povos originários, que sejam colonizados por outras culturas, este patrimônio prevê também a inclusão de estratégias de luta e resistência pela própria identidade. Assim, esse patrimônio indígena (literatura indígena) afirma auto expressão e autoafirmação, bem como crítica social, resistência cultural e ativismo político, pois promove uma luta política, um lugar de fala e resistência.

A literatura indígena é um ato político-tradutório e intercultural por excelência, que possibilita pensarmos em uma literatura identitária, em que há um diálogo de modo emancipatório com uma comunidade de leitores sensíveis às diferenças e, principalmente, à cultura e à literatura emancipatória. Seguindo as palavras do crítico literário e escritor Antônio Candido:

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura agindo no tempo (Candido, 2006, p. 68).

Nessa perspectiva, o autor faz um convite à reflexão, que é pensar no compromisso emancipador da literatura. Em outros termos, instiga a compreensão da tradição de autoritarismo de nossa formação histórica brasileira pautada nas obras literárias canônicas/clássicas. Entendido isso, reconhecemos também a necessidade de oferecer aos estudantes diferentes produções literárias, incluindo a literatura indígena no espaço escolar em prol da formação do leitor literário.

Acreditamos que a escola é mais um espaço de possibilidades para se construir uma experiência do literário como componente da cultura e parte do patrimônio literário, por meio da divulgação da literatura indígena brasileira, que tem suas potencialidades estético-criativas, como defende Graúna (2013, p. 55):

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas (Graúna, 2013, p. 55).

O ponto fundamental de seu enfoque está em perceber que esse lugar é possível e pode estar na própria sala de aula, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio. Assim sendo, com as produções dos próprios indígenas, é possível, sim, uma interação entre autor e estudante e a escola, representada pelos professores, com o papel de levar esta literatura ao conhecimento de todos. Por conseguinte, fortalecendo a educação com uma literatura nativa, com livros que representam a memória e a reconstrução indígena no Brasil, construindo-se sobre os escombros da história e do esquecimento.

Ao longo do processo histórico, essa literatura tem passado pelo esquecimento e desdém. De acordo com Thiél (2012, p. 120), “[...] a produção da literatura indígena surgiu no final do século XX e entra no século XXI como movimento literário e também político, de afirmação de identidade e cidadania.” Para esse autor, a literatura indígena revela diferentes estratégias de resistência cultural e linguística e de crítica social. Vale ressaltar que essa literatura está representada por mais de sessenta escritores indígenas, como indica Julie Dorrico, em uma entrevista ao *Brasil de fato* (Moncau, 2022). Dorrico aponta que a literatura indígena tem avançado, fazendo parte de uma rica literatura contemporânea brasileira, em que há o indígena como protagonista, com a voz da alteridade e com o seu sentimento de pertencimento. Por isso, essas produções literárias indígenas contemporâneas (re)afirmam a história do Brasil, especialmente a partir de uma narrativa oposta à oficial. Reconhece-se que a literatura indígena caminha lentamente em



direção aos leitores e em relação à produção literária elaborada pelos próprios indígenas. O início da literatura indígena escrita pelos próprios indígenas despontou com as crônicas e poesias pela escritora indígena Eliane Potiguar na década de 1970.

Quando se fala em literatura indígena no Brasil, fala-se a respeito da autoria indígena, pois escritoras e escritores indígenas têm buscado ocupar cada vez mais espaço na literatura brasileira contemporânea como protagonistas na luta pelo reconhecimento da produção indígena. Na percepção de Ribeiro (2020, p. 78), “na literatura indígena, cada vez mais visibilizada, há nomes de grandeza, profundidade e qualidade literária que irrompem de sua condição periférica e passam a intervir nessa lógica.” Assim, nessa luta e em busca de ocupar cada vez mais espaço no mercado e na produção literária brasileira, destacam-se escritores como Graça Graúna, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Olívio Jekupé, Márcia Kambeba, Cristino Wapichana, Auritha Tabajara, Carlos Tiago Hakiy, Aline Rochedo Pachamama, Ely Macuxi, Rony Wasiry, Elias Yaguakâg, Lia Minapoty, Yaguarê Yamã, dentre outros, visto que estão saindo das margens literárias e estão apontando nos mais diversos campos e espaços sociais.

Conforme Ribeiro (2020, p. 78), “essas autorias são vozes empoderadas, graças ao lugar de onde falam, escrevem e têm as suas origens, histórias, culturas, identidades e sobre (vivências).” Indígenas e não indígenas podem desfrutar dessas produções que carregam o caráter coletivo do povo. De acordo com Thiél (2012, p. 47), “[...] as textualidades indígenas têm no índio não só um referente, mas principalmente um agente. Ele escreve tanto para um público-alvo indígena quanto para os não índios.”

A escritora Graça Graúna (2013), em seu livro *Contrapontos da literatura indígena contemporânea*, esclarece:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p. 15).

Cabe destacar que emerge um registro-voz-práxis-estético-literário, constituindo um alicerce sólido da escrita literária, que evidencia o ativismo indígena em prol do seu protagonismo público, político e cultural. Portanto, promove-se um fortalecimento da diversidade, das diferenças e da pluralidade literária. A sociedade tem a necessidade de ouvir diretamente a voz dos intelectuais e das lideranças indígenas, tendo em vista que ela precisa perceber e identificar o protagonismo político, cultural e normativo desses povos,

seja pelo ativismo na esfera público-política, seja como escritor, como poeta, cordelista, enfim, como sujeitos protagonistas da sua estética-cultural.

Desse modo, é nesse contexto que a organização e o fortalecimento do Movimento Indígena e da literatura indígena, enquanto reação do processo à colonização europeia, assim como do seu apagamento cultural durante esse tempo em que os indígenas não tinham sua literatura, devem buscar a vinculação público-política dos povos indígenas. Também, de suas lideranças, de seus intelectuais e de seus escritores como interlocutores privilegiados, tanto da condição e da causa indígenas quanto da construção de modelos políticos, práticas culturais, valores axiológicos e formas de desenvolvimento alternativas ao nosso padrão propriamente moderno (individualismo, tecnicismo, racionalização, exploração material, industrialismo sem limites, dogmatismo religioso-cultural, representação política partidária etc.), tornando-se sujeitos indígenas em movimento. Nesse viés, Ribeiro (2020) ressalta o seguinte:

Apesar de mudanças no campo educacional e político, conquistas legais e educacionais que ampliam a autonomia e identidade indígenas, até os dias atuais o que se escreveu até agora sobre os povos indígenas, na maioria das vezes, não é uma escrita a partir das suas visões, concepções e desejos dos aborígenes; entretanto, há que se ressaltar contribuições de não-indígenas que são muito relevantes ao tempo em que as movimentações de organizações indígenas e aliadas se associam à crescente dinâmica desses povos e seu protagonismo e as ações no campo da literatura indígena revelam o ativismo quase atávico desses(as) escritores(as) indígenas (Ribeiro, 2020, p. 79).

Por essa razão, a literatura indígena tem se propagado como um símbolo de resistência e de luta dos povos originários e sobretudo, pautada na oralidade e na ancestralidade indígena. Importante apontar que, por muito tempo, a voz ou as vozes indígenas se limitavam às fronteiras das aldeias e aos seus próprios povos. Nessa esteira, a produção de literatura escrita do indígena é recente, iniciando com o aparecimento das escolas nas aldeias e a necessidade de produzir uma literatura para o trabalho em tais ambientes. E, nesse momento, surgem as tradições poéticas, as quais já existiam na oralidade, mas renascem através das letras dos próprios indígenas.

Nesse cenário, essas vozes têm um valor cultural que perpassa a oralidade e ganha um lugar para a enunciação da reafirmação indígena, ainda que haja uma hegemonia colonial. No entanto, sobre essas vozes indígenas, há uma emergência de firmar seu lugar de fala na literatura brasileira, que consiste na ancestralidade, seja na literatura, nas artes nas plásticas, na música, no teatro e na política. Assim, a literatura contemporânea está marcada por atuações indígenas de escritores/escritoras e demais artistas que, diante de uma pluralidade de pertencas étnicas, anunciam sua voz/letra e promovem um movimento



de autovalorização e auto expressão de seus costumes, da ancestralidade e, sobretudo, de sua ressignificação de enunciador da própria fala.

Dessa forma, apropriam-se da escrita para contar suas histórias, para representar sua cultura, seu universo e, em especial, para mostrar uma literatura de pertencimento, de engajamento, a qual precisa ser vinculada às escolas como elemento fulcral na fomentação de leitores conhecedores da pluralidade cultural brasileira. Por fim, para que reconheçam a presença e a contribuição dos indígenas na formação educacional, visto que os textos da literatura indígena devem ser apresentados como forma de conhecimento e inclusão do outro, como prática de letramento literário.

Sendo assim, a criação da Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. As disciplinas de História, de Artes e de Literatura são responsáveis em efetivar o reconhecimento das populações ameríndias, trabalhando com suas ricas manifestações artístico-literárias e ajudando a dar visibilidade às produções que foram por muitos séculos invisibilizadas ou tidas como literaturas menores. Com a implementação dessa lei, verifica-se um grande passo na educação para se construir uma educação literária que englobe as diferentes expressões literárias das minorias, em especial, dos indígenas. Conseqüentemente, essa inserção legal propiciou a solidificação na construção política e cultural dessa população, visto que cabe aos educadores, às escolas, às universidades, aos intelectuais, aos escritores indígenas e não indígenas e demais simpatizantes, total empenho no capital cultural indígena para que esse povo tenha seu lugar de fala e (re)conhecimento diante de todos os povos.

Adotamos que o estudo da literatura que represente a pluralidade cultural e as tradições dos povos indígenas é contribuir para o conhecimento de histórias passadas, e também constatar com um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que consiste em “valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira (Brasil, 1997, p. 43)”, como defendem Santos *et al.* (2020, p. 232). Do ponto de vista da educação, sem dúvida, houve avanços, e os conteúdos ministrados ajudaram na democratização do conhecimento. De acordo com o texto da Lei nº 11.645/2008, o ensino deve ser pautado em três princípios: 1) a consciência política e histórica da diversidade; 2) o fortalecimento de identidades e de direitos e; 3) as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

No entanto, há uma inquietante questão a se pensar: como cumprir a Lei nº 11.645/2008, voltada às literaturas indígenas, se há um *déficit* quantitativo de livros disponíveis na escola? Comumente, as obras que circulam nas escolas são limitadas às coletâneas de narrativas indígenas, as quais são frequentemente usadas no mês de

abril, em comemoração ao dia 19, dia do “índio”. Esta celebração é objeto de críticas na contemporaneidade, visto que é uma ideia folclórica e preconceituosa, que precisa ser desconstruída e deixar de ser, como refuta Daniel Munduruku, comemorativa, para se tornar “[...] de consciência: é uma data para a gente refletir. Deve gerar nas pessoas um desejo de conhecer, de entrar em contato com essa diversidade dos povos indígenas” (BBC News Brazil, 2022, s/p).

Seguindo essa orientação, é importante rever a ideia do dia do índio, pois é necessário mudá-la, neste caso, de uma data comemorativa, devemos passar para um cenário de educação literária, que se volte às produções indígenas. Sendo assim, com vistas a possibilitar maior reconhecimento e a inclusão dos diferentes povos indígenas no ambiente escolar, que, por anos e anos, tiveram suas identidades apagadas e ficaram longe das práticas pedagógicas nas salas de aula. De fato, percebemos esse enfoque nas palavras que Nascimento, Silva e Campanholi (2023, p. 270) apontam:

Por meio da literatura, é possível mostrar valores e costumes de um povo que, mesmo distante, sempre esteve no imaginário e presente na construção de nossa identidade, pelo desejo e necessidade de mostrar o outro lado da história de um povo, contada por quem a vivencia. Apresentar essa literatura é uma forma de os estudantes terem acesso a um material que destoa completamente do que normalmente é apresentado nos livros didáticos.

Portanto, é necessário reconhecer a presença e o direito dos indígenas de ocupar diferentes espaços sociais a partir de uma visão inclusiva. Ao mesmo tempo, a produção literária indígena deve fazer parte da nossa formação educacional e cultural, tendo em vista que os textos indígenas significam, ainda, a inclusão do outro. Além disso, a escola precisa compreender o letramento literário como uma prática social importante.

Compreendemos a importância da leitura literária, pois “[...] ler pode ser um meio para melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, de estar e atuar no mundo” (Castrillón, 2011, p. 20). Desse modo, entendemos que a leitura abre um leque de possibilidades na vida do (a) aluno (a) leitor (a). No entanto, sabemos que, muitas vezes, há uma grande resistência por parte dos discentes, visto que muitos deles não têm apreço pela leitura literária, ou não têm o hábito de ler ou, ainda, não mantêm uma prática leitora constante.

Sendo assim, o reconhecimento e a presença do cordel na escola tornam-se uma prática pedagógica viável à formação de leitores mais críticos e sensíveis, atentos aos problemas existentes no mundo e na sociedade que os cercam. Por isso, para nós, o trabalho com o cordel *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), da cordelista indígena brasileira Auritha Tabajara, pode contribuir para fomentar o interesse de alunas e de



alunos pela literatura, principalmente porque essa obra também representa diversidade cultural das produções literárias e, ainda, consegue envolver os estudantes para assuntos atuais, a exemplo das temáticas indígenas. Por essa razão, na seguinte seção refletimos sobre as potencialidades desse cordel, tomado como recurso didático a fim de fomentar o letramento literário dos estudantes no ensino médio.

2 UMA ALTERNATIVA PARA O ESTUDO DO CORDEL INDÍGENA NA SALA DE AULA: *CORAÇÃO NA ALDEIA, PÉS NO MUNDO*, DE AURITHA TABAJARA

De acordo com as orientações da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC, doravante, Brasil, 2018), é essencial intensificar o convívio dos estudantes com a literatura:

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re) colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes (Brasil, 2018, p. 491).

Nessa medida, é importante não só trabalhar com a literatura clássica e/ou canônica na escola, mas também dar acesso às literaturas plurais, que vêm cada vez mais ganhando força e visibilidade na literatura brasileira, bem como nas práticas sociais extramuros da escola. Entre as diversas produções literárias que podem ser oferecidas aos alunos destaca-se a literatura indígena, visto que está inserida na literatura brasileira, como afirma Thiél (2012, p. 12):

[...] A literatura brasileira é constituída por muitas literaturas, por inúmeras culturas e vozes, tais como as indígenas. Estas merecem ser inseridas nos estudos promovidos na escola como forma de conhecimento e inclusão do outro, prática de multiletramento (especialmente letramento literário, informacional e crítico) e de leitura de multimodalidades textuais (Thiél, 2012, p. 12).

Nesse viés, para a pesquisadora, a leitura dessa literatura promove a reflexão, esclarece conceitos e, também, inclui outras literaturas. Portanto, mediante tal posicionamento, sentimo-nos provocados a contribuir com uma parte desse todo, na sala de aula em que lecionamos, favorecendo a recepção da literatura indígena nas aulas de Língua Portuguesa. Nesse sentido, nosso empenho ocorre para que os estudantes possam conhecer essa literatura e, ainda, a forma como essa palavra e essa tradição narrativa/

poética são apresentadas em sua especificidade do cordel indígena, enquanto manifestação cultural.

No Brasil, a literatura de cordel apresenta-se como um grande exemplo de expressão da cultura popular em razão de seu dinamismo singular literário e estético. O texto cordeliano aborda os mais diversos temas cotidianos e/ou jocosos, pois expõe hábitos, vivências, tradições e diferentes histórias do povo brasileiro. Defendemos que a literatura de cordel é “de inestimável importância para a manutenção das identidades locais e das tradições literárias regionais, contribuindo para a perpetuação do folclore brasileiro”, seguindo as considerações de Carmo e Melian (2020, p. 51).

Assim, podendo o cordel perspectivar uma época ou expressar ideias sobre determinados acontecimentos, é considerado uma rica manifestação poética histórica e cultural. Para Linhares (2006, p. 5):

Literatura de cordel consiste em uma poesia de caráter popular, que, originalmente, era realizada apenas oralmente. Cantados em feiras ou em sítios tinham o texto parado para aguçar a curiosidade dos ouvintes e compradores – estratégia de marketing (Linhares, 2006, p. 5).

Nesse viés, trata-se de um produto cultural importante, uma produção poética que se comercializa em diferentes espaços, principalmente nos espaços das feiras. Além disso, o cordel tem um valor imaterial, por isso, ao ser considerado patrimônio cultural, em 2018, recebeu o *status* de patrimônio imaterial nacional, por suas contribuições à cultura brasileira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, doravante, 2018).

As origens da literatura de cordel estão relacionadas ao hábito milenar de contar histórias, que, aos poucos, começaram a ser escritas, sendo depois difundidas pela imprensa (Galvão, 2006). Seu caráter popular tem relações intrínsecas com a oralidade, assim, foi se perpetuando e passando de geração em geração, bem como passando por difusões. Pode-se dizer que a oralidade está associada às experiências culturais de um povo, situação que representa ainda a tradição da coletividade, os costumes e, sobretudo, as histórias de vidas que caracterizam um povo, uma nação, marcando a cultura de uma sociedade.

Conforme apontam Carmo y Melian (2020, p. 50), “a oralidade nas aulas de literatura é um instrumento de aprendizagem não só da leitura, mas também da contextualização, da regionalização, situando o aluno nos mais diversos campos do conhecimento.” Assim, entende-se que a literatura oral exerce funções de entretenimento, de informação, de enunciação, de uma moral coletiva, de homogeneização do grupo social que perpetua a cultura com traços de oralidade. Nessa perspectiva, a popularidade do cordel está atrelada à força do encantamento da oralidade. Apesar disso, ganha potência na escrita, mas sem



deixar de carregar as marcas da oralidade e da musicalidade. Desse modo, percebemos o quanto da oralidade existe na literatura de cordel. Sua linguagem é dotada de rimas, de humor e de musicalidade.

Esse contexto da cultura da oralidade carregada no texto escrito desencadeia uma performance oral-escrita, podendo despertar no ouvinte/leitor “[...] a palavra em estado de poesia” (Testa, 2015, p. 145). Em outros termos, um encanto transmitido pela palavra viva, grafada no papel, inscrita na voz de um povo e declamada em versos, com uma função transformadora, tanto na vida dos poetas/ouvintes como dos ouvintes/poetas, deixando, portanto, marcas na cultura literária e social de um povo. Isso possibilita à cultura popular se firmar não apenas como registro oral, mas também como texto escrito, fortalecendo ainda mais sua identidade (Ong, 1998). Por conta dessas especificidades, a literatura de cordel não é uma simples transcrição, mas o registro da memória cultural popular. Em relação ao cordel, na obra *Cordel: leitores e ouvintes*, Galvão (2006) considera que:

Os estudos sobre História da Leitura, esses ‘índices de oralidade’ não se constituem em representações de práticas de oralidade, mas se referem aos dispositivos depositados nos textos, explícitos ou implícitos, que conferem a eles uma destinação oral” (Galvão, 2006, p. 76).

Nesse sentido, essa destinação da oralidade ganha uma dimensão ainda maior com a escrita dos primeiros cordéis/folhetos, visto que muitos destes foram elaborados a partir dos versos improvisados nas antigas pejejas – que eram os desafios entre os cantadores – e memorizados pelos poetas que versaram e ouviram. Ressaltamos que a produção de cordel pode envolver a produção de folhetos e de xilogravuras. Por outro lado, o cordel apresenta de forma simples a cultura popular retratada e ao mesmo tempo, cheia de humor, daí que qualquer pessoa pode fazer uso, para contar qualquer temática (Carmo; Melian, 2020). O cordel pode ser compreendido como uma crônica poética popular que expressa a cosmovisão das massas, sobretudo por adotar a linguagem do povo. Nessa perspectiva, Curran (2003, p. 20) defende que “o cordel, como crônica poética e história popular, é a narração em verso do ‘poeta do povo’, no seu meio, o ‘jornal do povo.’” No entanto, é importante enfatizar que a métrica do cordel apresenta padrões estruturais estéticos ricos literariamente, como as quadras, as sextilhas, a setilha, a oitava, o quadrão, a décima e os martelos, associados, muitas vezes, às xilogravuras.

Muitas dessas características do cordel são particularidades específicas que encantam os leitores. Para Matos (2010, p. 151), “o poeta de cordel, poeta a meio caminho entre a oralidade e a escritura, exerce efeito encantatório sobre seus leitores/ouvintes, um encanto transmitido pela palavra viva, grafada no papel e inscrita na voz.” Também, usando as palavras de Testa (2021, p. 153), o cordel seria uma “palavra que pulsa.”



Assim, pulsam muitas emoções quando entramos em contato com o texto oral-escrito do cordel.

Nesse aspecto, ao partir dessa ideia da palavra que pulsa, muitos ouvintes/leitores foram tocados pela magia do cordel, tendo em vista a vontade de se tornar um poeta-cordelista, de fazer parte desse rol dos cordelistas brasileiros, ontem e hoje. Por exemplo, sabe-se que no Piauí, em Teresina (PI), existe uma associação de cordelistas, chamada “Cordelaria Chapada do Corisco”, criada em 2019, cujo principal objetivo é o de fortalecer a cena do cordel nesta região do país e incentivar jovens e adultos a se enveredar criativamente a este tipo de composição poética.

Portanto, do anonimato ao reconhecimento, o Brasil possui grandes cordelistas, dentre os quais estão Leandro Gomes de Barros (1865-1918), poeta-cordelista, considerado por muitos estudiosos como um dos “pais do cordel” do nosso país. Ele foi o primeiro cordelista a viver exclusivamente da venda dos folhetos de cordel, pois além de escrever, também editava e vendia. Ainda, costumava recitar seus poemas em lugares públicos, como feiras, paradas de ônibus, mercados, entre outros, e publicou ao todo mais de duzentos títulos, com diferentes temáticas.

Outro nome pioneiro entre os cordelistas brasileiros é o de João Martins de Athayde, que também escrevia e vendia seus folhetos, montando, inclusive, sua própria editora. Desse modo, passou a imprimir não somente folhetos de sua autoria, mas também comprou os direitos de publicação de outros autores, até mesmo de Gomes de Barros. Podemos também destacar os cordelistas maranhenses, tais como Jeremias Pereira da Silva, conhecido como Gerô, e Moisés Raimundo Lobato Nobre, que adotou o nome artístico de Moisés Nobre. Esses poetas são ímpares na história do cordel no Maranhão, apesar de o estado não ter uma expressão tão forte no cordel se comparado a Ceará, Pernambuco ou Paraíba, por exemplo, lugares em que se busca sistematicamente manter essa cultura viva.

Parece-nos pertinente o apontamento de algumas reflexões sobre o cordel como “um instrumento de agregação que possibilita o aprendizado de forma lúdica, proporcionando ao leitor, além do conhecimento, o prazer. Suas histórias são de cunho informativo e cultural”, de acordo com Carmo e Melian (2020, p. 50). Sendo assim, o cordel indígena pode ser utilizado como possibilidade de estratégia para a formação do leitor literário no ensino médio.

Nesta perspectiva, tem-se como sugestão a literatura de cordel para estimular a leitura na escola, visto que, a partir dela, é possível ressignificar a ideia de texto literário, despertando alunas e alunos para o texto cordeliano. Evidentemente, por suas características estéticas e temáticas, a poesia de cordel pode representar e trazer motivação para os estudantes em relação às práticas de ouvir, de ler, de escrever, de memorizar e de



declamar cordéis em sala de aula. Nesses últimos tempos, o cordel vem ganhando espaço dentro do Ministério da Educação (MEC), prova disso é que, desde 2005, o Programa Nacional da Biblioteca Escolar vem adquirindo livros da literatura de cordel, fazendo parte, então, do acervo das escolas. Para que isso se tornasse possível, vários cordelistas tiveram que adequar os seus trabalhos aos parâmetros exigidos pelo referido ministério. Assim, os folhetos ganharam outra roupagem, mas sempre preservando a originalidade e as características do texto de cordel.

Viana (2014, s/p) esclarece que o cordel passa a ser “[...] reconhecido no Brasil inteiro como uma literatura, como uma escola literária e não apenas como peça folclórica, algo que era visto de forma discriminada ou como uma poesia menor”. Posto isso, constata-se que o cordel não é uma “poesia menor”, mas, sem dúvida, é uma rica possibilidade de atrair a atenção de alunas e de alunos para a leitura de poesia.

Deste modo, perspectivamos trabalhar a literatura indígena da brasileira Francisca Aurilene Gomes Silva, que tem assinado seus livros com o nome de Auritha Tabajara e desponta na literatura como a primeira cordelista indígena brasileira. Tabajara é uma mulher indígena, nordestina, cearense, escritora cordelista, contadora de histórias e terapeuta holística. É apaixonada pela escrita desde os seis anos de idade, quando aprendeu a ler. A referida escritora nasceu em 1979, na aldeia Tabajara, no topo da Serra Ibiapaba, a oeste do Estado do Ceará, na região de Poranga, na divisa com o Estado do Piauí, por mãos de duas parceiras.

Sua primeira obra publicada foi *Magistério indígena em verso e prosa* (2007), lançada no Estado do Ceará e adotada como leitura obrigatória pela Secretaria de Educação do Estado. Ganham destaque as seguintes obras: *Toda luta história do povo Tabajara* (2008); *Um passarinho tristonho* (2008); *Diário de Auritha* (2009); *A sagrada pedra encantada* (2019); *A grandeza Tabajara* (2019); *A lenda de Jurerê* (2020); *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018, Selo FNLIJ, em 2019), esta última obra rendeu o título de primeira cordelista indígena brasileira à escritora (Testa; Ferreira, 2021). Além disso, a escritora tem vários textos em cordéis publicados em antologias indígenas e em revistas on-line, a exemplo da *Revista Maria Firmino dos Reis*; da *IHU* e da *Revista Acrobata*. Tabajara também participou do importante projeto *Circuitos dos saberes indígenas*, promovido pelo Itaú Cultural (2019).

Vale a pena citarmos a voz indígena de pertencimento e alteridade que Tabajara destaca em seu cordel “Grão”, por exemplo. Percebemos que nesse cordel, a escritora metaforiza o grão com o livro, ou seja, melhor dizendo, com a escrita indígena, que é lançada e vai germinando nos corações dos leitores. Desse modo, é possível que todos possam conhecer a cultura e a história indígena, que transcende a oralidade e nobremente



chega por meio da escrita. Em uma entrevista realizada por Testa e Ferreira (2021), Tabajara afirma o seguinte:

acredita que a mulher indígena precisa do seu espaço na sociedade, precisa ter voz e visibilidade. [...] sua produção literária ajuda também a desmitificar estereótipos negativos sobre os indígenas e a fortalecer a produção de autoras indígenas mulheres (Testa; Ferreira, 2021, p. 280).

Para a autora, as mulheres indígenas precisam ajudar nesta construção da desmistificação dos estereótipos negativos sobre a sociedade indígena. Nesse sentido, as reflexões de Siqueira e Martins de Araújo (2024), pode nos fornecer a importância da escrita de Auritha Tabajara na literatura contemporânea brasileira, no sentido de desconstruir estereótipos ligados à imagem das mulheres originárias, reunindo assuntos como sexualidade e ancestralidade em sua poesia. Por isso, a luta é constante, e a escola precisa voltar o seu olhar e a sua ética educacional para tais questões (e/ou pautas) democráticas, necessárias e urgentes. Ressalta-se que sobretudo, o texto cordeliano *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), de Tabajara, apresenta-se como uma via importante para relatar sua história de vida, assim, a escritora constrói uma poética autobiográfica forte e marcante. Nesse ponto destaca na entrevista que ela usa a sua voz como um convite para que outras mulheres não sejam mais silenciadas e possam declamar as suas dores, porque as mulheres precisam ser escutadas e também podem despertar o seu interesse e a sua coragem de escrever.

Ainda sobre a escrita autobiográfica de Tabajara, é notório que ela abre espaço para diferentes formas de ler a vida, de ler o mundo, pois trata de diferentes conflitos emocionais, que são manifestados por meio de um mundo singular, em que uma indígena narrativiza parte de sua história de vida cheia de altos e baixos. Assim, nesse universo da leitura, ela consegue realizar uma interação em vários níveis na vida dos jovens estudantes, fazendo com que se identifiquem em alguns pontos com a personagem/autora e, sobretudo, que identifiquem outras culturas, como a indígena, por exemplo.

O foco do livro é a voz indígena enunciada por Tabajara, e esta voz, por sua vez, expressa diferentes sentimentos de modo criativo e poético. O cordel, com sua personagem indígena, alcança diferentes discussões temáticas, por exemplo, quando trata sobre preconceitos ou sobre as desventuras da vida de uma mulher indígena. Ainda, sobre a fala da esperança na busca de melhores condições de vida, ou quando tematiza a vida de uma indígena mulher sozinha, lutando com as dificuldades que a vida impõe. Observe-se o seguinte trecho: “Quando chegou em São Paulo, caiu numa depressão. Sozinha, sem dinheiro. Adoeceu coração” (Tabajara, 2018, p. 30). A questão da depressão e da ansiedade, hoje, é (ou deveria ser, pelo menos) uma questão de saúde pública, porque,



mais do que nunca, vemos discentes e docentes acometidos por tais transtornos, que não devem, de modo algum, ser minimizados no ambiente escolar.

Ressaltamos que o cordel é marcado por um ritmo musical melopeico e, ainda, por meio da palavra indígena, a autora consegue perspectivar a história do seu povo. Com isso, é possível trabalhar considerações ligadas ao fato de descolonizar noções sedimentares que vivem no imaginário popular sobre os indígenas, bem como o relato da trajetória de vida, seus costumes, tradições e as violências, sejam simbólicas, sejam físicas ou morais. Portanto, pensar nas potencialidades da obra citada de Tabajara trata-se, sem dúvida, de promover diferentes discussões sobre a escrita indígena como empoderamento, alteridade, engajamento, pertencimento, resistência e possibilidade de reconhecimento literário, desde a perspectiva das práticas de ensino da literatura indígena na sala de aula. Acreditamos que essa prática se realizaria por meio do letramento literário compreendido como prática social a partir de estratégias de leitura e escrita em contextos diversos, e parte fundamental do processo educativo, especialmente da educação literária, segundo Cosson (2018).

Nesse viés, é possível observar que a riqueza estético-literária do cordel pode proporcionar uma visão crítica da inclusão do povo indígena, criando, assim, oportunidades para o reconhecimento da cultura indígena, das histórias ancestrais de um povo, que pode vir registrada pela palavra poética oral-escrita implicada de vozes indígenas individuais-coletivas. Como bem defende a escritora, ainda é muito difícil publicar, mas daqui a alguns anos haverá muitas escritoras indígenas e escritores, e evidencia-se que precisamos a presença da literatura indígena nas escolas públicas por meio de políticas públicas, pois essa literatura é riquíssima, mas ainda é pouco estudada nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil (Testa; Ferreira, 2021).

Acrescentamos aqui também, que o trabalho didático com a poesia do cordel de Tabajara pode ajudar na formação de leitores mais críticos, sensíveis e conscientes da pluralidade cultural brasileira, capazes de atuar ativamente na sociedade, entendendo os benefícios do texto literário, que transcende a escola e percorre os mais diversos contextos sociais e culturais. Além disso, levar o cordel de Tabajara para escola vai ao encontro da efetivação da Lei nº 11.645, de 08 de março de 2008. Ainda, implica cumprir com algumas orientações da BNCC (Brasil, 2018) acerca da inclusão da multimodalidade textual na sala de aula e da promoção da prática de multiletramentos, favorecendo a formação do leitor literário na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as considerações apresentadas neste estudo, acreditamos que há necessidade de se repensar o trabalho didático com a poesia do cordel da escritora indígena Auritha Tabajara, em especial, *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), principalmente por se tratar de uma obra poética que expressa o sentimento de pertencimento e de resistência na voz da mulher indígena como protagonista. O cordel de Tabajara apresenta o reconhecimento da cultura indígena, das histórias ancestrais do seu povo, que são registradas pela palavra poética oral-escrita, compondo, assim, as muitas vozes indígenas, de forma coletiva, também.

A literatura indígena brasileira contemporânea compõe-se de muitas vozes, as quais são marcadas pelo pertencimento ético de escritores/poetas indígenas que publicam suas obras na condição de poder expressar esteticamente suas temáticas culturais, políticas e sociais. Dessa maneira, assistimos ao progresso da literatura indígena, visto que esta faz ecoar as mais diversas vozes ressignificando conceitos, formas e falas do sujeito indígena como centro dessa literatura, seja narrando pelo viés da autobiografia, da memória, do testemunho ou da luta pelo (re) conhecimento, em suma, da atuação como um protagonista da sua própria história. Ou ainda, na vertente da valorização da alteridade e do diálogo intercultural, como estratégia de ativismo, militância e engajamento na esfera pública, no que diz respeito às questões dos direitos dos indígenas, neste caso, em ocupar diferentes espaços, e a escola, certamente, é um desses espaços de formação humana de indiscutível relevância.

Sendo assim, é necessário propiciar aos jovens estudantes acesso à produção literária indígena como um direito à democratização dos bens culturais e, ainda, para se construir uma educação literária que englobe as diferentes expressões literárias das minorias, em especial, dos indígenas. A inserção legal da Lei nº 11.645/2008 no Brasil é um caminho para uma mudança na construção política, cultural e educativa no sentido de reconhecimento da diversidade cultural do país. É possível verificar que as potencialidades da poesia do cordel indígena de Tabajara contribuem para fomentar o interesse pela literatura indígena, ainda tão pouco explorada na escola, e ao mesmo tempo, para se efetivar a formação do leitor literário no ensino médio. Desse modo, amplia-se a visão de mundo de jovens alunas e alunos. A leitura do cordel é uma prática literária que possibilita o reconhecimento e a importância da literatura, podendo fazer avançar suas práticas sociais. Assim, por toda essa riqueza estético-literária, *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018) oportuniza aos alunos leitores um mergulho em diferentes dimensões, tanto de ordem psíquica como sociocultural.



REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. **Dia do Índio é data ‘folclórica e preconceituosa’, diz escritor indígena Daniel Munduruku**. Publicado em: 19 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escritor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/ SEB, 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006.

CARMO, Andréia Nascimento; MELIAN, Valdivina Telia Rosa de. Contação de histórias: ensino de literatura e formação do leitor literário. **Cadernos Literários**. v. 26, n. 1, p. 47-56, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/7679>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CONCEIÇÃO, Claudia Zilmar da Silva; GOMES, Carlos Magno. A formação do leitor por meio da Literatura de Cordel. **Leia Escola**, v. 16, n. 2, p. 96-109, 2016. Disponível em: <https://ch.revistas.ufcg.edu.br/index.php/Leia/article/view/715>. Acesso em: 14 nov. 2024.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Eduspe, 2003.

DORRICO, Julie *et al.* (Org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Vilma Aparecida; GOULART, Claudia. A poesia de cordel em sala de aula: interligando os processos de leitura e escrita. *In*: TESTA, Eliane Cristina; LEITE, João

de Deus (Orgs). **Além da leitura: cartografias de leitura e de escrita**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 129-166. Disponível em: <https://www.editorafi.org/605leitura>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. BH: Mazza, 2013.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Literatura de Cordel**. 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DPI_M1556_CertidaoLiteraturadeCordel.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

LINHARES, Thelma Regina Siqueira. **Seca, Cordel e Folclore**. Câmara brasileira de jovens escritores. Disponível em: <http://www.camarabrasileira.com.br/cordel1.htm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MATOS, Edilene. Literatura de cordel: poética, corpo e voz. *In*: MENDES, Simone (Org.). **Cordel das gerais: oralidade, mídia e produção de sentidos**. Fortaleza: Expressão, 2010.

MATOS, Solange Cavalcante de; TESTA, Eliane Cristina. Letramento literário na escola: a formação de leitores e escritores no ensino médio. **JNT- Facit Business and Technology Journal**, v. 1, ed. 22, p. 145-163, 2021. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MONCAU, Gabriela. Julie Dorrico em uma entrevista ao “Brasil de fato”. **Brasil de Fato**, publicado em 7 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/no-dia-nacional-de-luta-dos-povos-indigenas-escritora-macuxi-defende-que-literatura-e-ativismo>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NASCIMENTO, Jania Maria do; SILVA, Rosana Rodrigues da; CAMPANHOLI, Mariane Rauber. O direito à literatura indígena na formação do leitor: refletindo com Daniel Munduruku. *In*: SANTOS, Leandra Inês Seganfredo; PHILIPPSEN, Neusa Inês; SOUZA, Shelton Lima de (Orgs). **Ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa em contextos amazônicos**. Cáceres: Editora Unemat, 2023. p. 262-277.

ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 1998.

RIBEIRO, Ademario. Literatura indígena, ancestralidade e contemporaneidade: Vozes empoderadas. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 77-88. Disponível em: <http://www.editorafi.org/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ROCHA, Adlene Karla Nunes; SILVA, Luiza Helena Oliveira. Contação de história no ensino médio: leitura, oralidade e literatura na formação do sujeito leitor. **A Cor Das Letras**, v. 21, n. 2, p. 115–130, 2020. DOI: <https://doi.org/10.13102/cl.v21i2.5807>.



Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/115>.

Acesso em: 14 nov. 2024.

SANTOS, Francisco Bezerra dos *et al.* Leitura da literatura indígena e afro-brasileira na escola. In: SILVEIRA, Éderson Luís; BATISTA, Marcos dos Reis (Orgs.). **Ensino de literatura e de leitura literária: desafios, reflexões e ações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 229-244. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SIQUEIRA, Moisés; MARTINS DE ARAÚJO, Maria Dolores. Expandindo Experiências na Literatura Brasileira Contemporânea: Auritha Tabajara, Eliane Potiguara e Márcia Kambeba. **Revista Cerrados**, v. 33, n. 65, p. 69–77, 2024. DOI: 10.26512/cerrados.v33i65.54128. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/54128>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TABAJARA, Auritha. **Coração na aldeia, pés no mundo**. Lorena: UK'A Editorial, 2018.

TESTA, Eliane Cristina; FERREIRA, Soraima Moreira Alves. Coração na aldeia, pés no mundo. Entrevista com Auritha Tabajara. **Revista Letras Raras**, v. 10, n. 3, p. 279-283, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v10i3.2159>. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1952>. Acesso: 14 nov. 2024.

TESTA, Eliane Cristina. A palavra em estado de poesia. **EntreLetras**, v. 6, n. 2, 2015, p. 144-154. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreltras/article/view/2742/8945>. Acesso em: 14 nov. 2024.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.